



RELATÓRIO

COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

2ª ETAPA

I - PREÂMBULO

Contrato nº 12 – 19/11/2024

Processo administrativo nº 146/2024

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS/SP

Licitação: dispensada, nos termos do art. 75, II, da Lei federal nº 14.133/2021.

Objeto: contratação de serviços técnicos e especializados de levantamento, análise, cadastramento, indexação e revisão sistemática contínua da legislação municipal e disponibilização em sistema informatizado de consulta legislativa desenvolvido para web e em aplicativo para dispositivos móveis.

II – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços compreendidos na 2ª etapa do processo da compilação da legislação municipal estão sendo realizados nas instalações da contratada, com a utilização de equipamentos e insumos próprios.

A equipe incumbida da tarefa em comento é composta por colaboradores qualificados e treinados para realizar a análise do acervo legislativo municipal, formatação de textos normativos e inserção de dados em sistema informatizado desenvolvido pela própria contratada.

Os colaboradores envolvidos neste projeto foram contratados diretamente pela empresa SINO INFORMÁTICA e não possuem vínculo algum com a contratante.

Todos os dados submetidos à sobredita análise foram obtidos a partir de arquivos disponibilizados em mídia eletrônica pela Câmara Municipal de Dois Córregos.



III – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A 2ª etapa compreende os seguintes processos, *in verbis*:

“3.2. 2ª ETAPA – INDEXAÇÃO, VERSIONAMENTO, COMPILAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS NORMAS MUNICIPAIS COMPILADAS NA WEB

3.2.1. A contratada deverá disponibilizar o texto compilado das normas municipais na web em formato html para consulta.

3.2.2. A digitação e formatação dos textos das normas municipais deverá observar os critérios estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto Federal nº 12.002, de 22 de abril de 2022, e especialmente o seguinte:

3.2.2.1. apresentação dos dispositivos legais alterados ou revogados expressamente, utilizando o modo de apresentação tachado, com a apresentação, quando for o caso, da posterior redação logo abaixo, dada pela norma que a modificou;

3.2.2.2. informação quanto ao tipo de modificação inserida na norma e a indicação do número e a data da norma que promoveu a alteração;

3.2.2.3. criação de hiperlink sobre o dispositivo modificado ou incluído, para consulta do texto da norma que promoveu a alteração / inclusão;

3.2.2.4. disponibilização dos textos em html em versão “consolidada”, exibindo o texto atualizado da norma, e versão “compilada”, exibindo todas as redações anteriores, nos moldes do disposto no item 3.2.2.1.;

3.2.2.5. apresentação dos dispositivos legais declarados inconstitucionais ou com eficácia suspensa temporariamente pelo Poder Judiciário utilizando o modo de apresentação tachado;

3.2.2.6. indicação do número do processo judicial que resultou na declaração parcial ou integral de inconstitucionalidade ou na suspensão temporária da eficácia da norma;



3.3. Prazo de execução da 2ª Etapa: 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato.”

IV - DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

- **Período em referência:** 19/11/2024 a 19/05/2025.
- A contratante disponibilizou **5699 (cinco mil, seiscientos e noventa e nove)** cadastros de normas municipais, obtidos através de conversão realizada com a base de dados disponibilizada no SISCAM, através do seguinte link “<https://doiscorrejos.siscam.com.br/index/75/8>”, conforme segue:

Tipo de Norma	Previsto	Cadastrado	Arquivo Eletrônico (PDF)	Arquivo Eletrônico (DOC)
<i>Lei Orgânica</i>	1	1	1	0
<i>Emendas à LOM</i>	23	22	6	0
<i>Lei ordinária</i>	5287	5317	5288	0
<i>Lei complementar</i>	68	69	69	0
<i>Resolução</i>	327	78	63	0
<i>Decreto Legislativo</i>	244	212	64	0
TOTAL	5950	5699	5491	0

LEIS ORDINÁRIAS

- Lei ordinária mais recente: nº 5.327, de 13 de maio de 2025¹;
- Lei ordinária mais antiga: nº 1, de 9 de fevereiro de 1948²;
- O levantamento inicial das leis ordinárias resultou no acesso a **5317 (cinco mil, trezentos e dezessete)** textos em formato eletrônico, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- A relação das leis ordinárias faltantes encontra-se em anexo;

¹ Ementa: “Autoriza a dilação de prazo para a conclusão do projeto de edificação de empresa instalada no Setor Industrial IV, permite sua entrada em operação e estabelece penalidades em caso de descumprimento.”

² Ementa: “Regulamenta as disposições legais relativas ao Imposto de Indústrias e Profissões no Município.”



Lei nº	Ano	Inconsistência	Observações
3890	2013	Ausente	Numeração não utilizada por equívoco, conforme nota explicativa
3891	2013		
3892	2013		
3893	2013		
3894	2013		
3895	2013		
3897	2013		
3898	2013		
3899	2013		
1526	1987	Texto Incompleto	Páginas faltantes
1699	1989		
1710	1989		
1736	1989		
1804	1990		
2087	1994		
2172	1995		
2349	1997		
2628	2001		
3000	2005	Compilação incompleta	Alteram a lei nº 04/1936, que não foi localizada
3336	2008		
29	1949		
30	1949		
38	1949		
92	1952		
179	1956		
459	1963		
463	1963		
466	1963		
21	1949	Compilação incompleta	Altera a lei nº 117/1947, que não foi localizada
157	1956	Compilação incompleta	Altera a lei nº 41/1941, que não foi localizada
3285	2008	Compilação incompleta	O art. 11 revoga a lei nº 3881, que é posterior à própria lei nº 3285, a revogação deveria ser na Lei nº 3.181, que aborda o mesmo tema
4277	2017	Compilação incompleta	O art. 11 faz menção a anexo que não consta na lei
5173	2024	Compilação incompleta	O art. 4º revoga dispositivo inexistente na lei nº 5139



LEIS COMPLEMENTARES

- Lei complementar mais *recente*: **nº 70, de 15 de abril de 2025³**;
- Lei complementar mais *antiga*: **nº 1, de 05 de julho de 2005⁴**;
- O levantamento inicial das leis complementares resultou no acesso a **69 (sessenta e nove)** textos em formato eletrônico, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- A relação das leis complementares faltantes encontra-se em anexo.
- O arquivo PDF contendo a Lei Complementar nº 22/2016 encontra-se incompleto;

DECRETOS LEGISLATIVOS

- Decreto legislativo mais *recente*: **nº 249, de 15 de abril de 2025⁵**;
- Decreto mais *antigo*: **nº 1, de 14 de novembro de 1968⁶**;
- O levantamento inicial dos decretos legislativos resultou no acesso a **212 (duzentos e doze)** textos em formato eletrônico, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- A relação dos decretos legislativos faltantes encontra-se em anexo.

³ Ementa: “*Extingue e cria empregos públicos permanentes.*”

⁴ Ementa: “*Estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.*”

⁵ Ementa: “*Concede título de cidadã Emérita à senhora Mara Silvia Haddad Scapim.*”

⁶ Ementa: “*Fixa subsídios e a verba de representação do Prefeito Municipal e os vencimentos do Sub-Prefeito do Distrito de Guarapuã.*”



RESOLUÇÕES

- Resolução mais recente: nº 327, de 14 de maio de 2024⁷;
- Resolução mais antiga: nº 3, de 3 de fevereiro de 1948⁸;
- O levantamento inicial das resoluções resultou no acesso a **78 (setenta e oito)** textos em formato eletrônico, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- A relação das resoluções faltantes encontra-se em anexo.

Resolução nº	Ano	Inconsistência	Observações
310	2022	Compilação incompleta	O art. 201 revoga diversos dispositivos e resoluções que não foram localizados
246	2010	Compilação incompleta	Altera a resolução nº 182/1984, que não foi localizada
249	2012	Compilação incompleta	Altera a resolução nº 182/1984, que não foi localizada
256	2013	Compilação incompleta	Altera a resolução nº 255/2013, que não foi localizada
274	2017	Compilação incompleta	Altera a resolução nº 263/2015, que não foi localizada
301	2021	Compilação incompleta	Altera a resolução nº 182/1984, que não foi localizada

EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

- Emenda à Lei Orgânica mais recente: nº 23, de 14 de março de 2023⁹;
- Emenda à Lei Orgânica mais antiga: nº 1, de 24 de setembro de 1990¹⁰;

⁷ Ementa: “Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do Poder Legislativo de Dois Córregos.”

⁸ Resumo: “Conceder ao Vereador Sr. Antenor Belisário, licença.”

⁹ Ementa: “Altera os arts. 23, 106 e 106A da Lei Orgânica Municipal.”

¹⁰ Ementa: “Altera e revoga dispositivo da Lei Orgânica do Município de Dois Córregos.”



- O levantamento inicial das emendas à Lei Orgânica Municipal resultou no acesso a **apenas 6 (seis)** textos em formato eletrônico¹¹, que foram submetidos aos processos de análise e cadastramento em plataforma *online* desenvolvida pela contratada;
- As seguintes emendas estão cadastradas, mas não possuem o respectivo texto: 1/1990, 2/1991, 3/1991, 4/1999, 5/1999, 6/2000, 7/2001, 9/2004, 10/2004, 11/2005, 12/2006, 13/2009¹², 14/2008, 15/2009, 16/2011 e 17/2014
- Não há informações sobre a Emenda nº 8, que se encontra faltante.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

- Não foi disponibilizado o texto *original* da Lei Orgânica do Município de Dois Córregos. Assim sendo, faz-se necessário o acesso ao texto original da referida norma, bem como a todas as emendas que promoveram as respectivas alterações;
- A Lei Orgânica vigente tem como matriz legislativa a **Emenda nº 18, de 3 de setembro de 2018.**

RESULTADO QUANTITATIVO

Tipo de Norma	Previsto	Cadastradas	Faltantes
<i>Lei Orgânica</i>	1	1	0
<i>Emendas à LOM</i>	23	22	1
<i>Lei ordinária</i>	5287	5317	40
<i>Lei complementar</i>	68	69	1
<i>Resolução</i>	327	78	263
<i>Decreto Legislativo</i>	244	212	189
TOTAL	5950	5699	494

¹¹ Fonte: <https://doiscoregos.siscam.com.br/index/75/8>

¹² Aparentemente, o ano de cadastro para a emenda está incorreto, visto que é posterior à emenda que a precede. Nesse caso, acreditamos ser necessária a verificação desta situação.



V – CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA

A contratada sugere os seguintes eixos temáticos para *classificação* das normas municipais:

EIXOS TEMÁTICOS
<i>Administração do patrimônio público municipal</i>
<i>Administração pública municipal</i>
<i>Agentes políticos e atividade legislativa</i>
<i>Agropecuária e abastecimento</i>
<i>Assistência social e cidadania</i>
<i>Auxílios e subvenções</i>
<i>Convênios e consórcios</i>
<i>Cultura, turismo, esporte e lazer</i>
<i>Declaração de utilidade pública de entidades</i>
<i>Denominação de próprios e logradouros públicos municipais</i>
<i>Desenvolvimento econômico</i>
<i>Educação</i>
<i>Estrutura administrativa municipal e funcionalismo</i>
<i>Feriados e datas comemorativas</i>
<i>Finanças e orçamento</i>
<i>Habitação</i>
<i>Homenagens e congratulações</i>
<i>Iluminação pública</i>
<i>Justiça</i>
<i>Meio ambiente</i>
<i>Mulher</i>
<i>Ordenamento urbano</i>
<i>Pessoa idosa, pessoa com deficiência, criança e adolescente</i>
<i>Posturas municipais</i>
<i>Remuneração e benefícios ao funcionalismo público</i>
<i>Saneamento básico</i>
<i>Saúde pública</i>
<i>Segurança pública</i>
<i>Serviço militar</i>
<i>Símbolos municipais</i>
<i>Telecomunicações</i>
<i>Transporte e trânsito</i>
<i>Tributos e preços públicos</i>



VI - SITUAÇÃO JURÍDICA

Segue abaixo o quadro explicativo com os parâmetros adotados para definir as situações jurídicas em que foram enquadradas as normas municipais disponibilizadas:

Situação jurídica	Conceito
Vigente <i>(Não consta revogação expressa)</i>	<i>A norma é considerada vigente desde que não se destine a vigência temporária, e até que norma posterior a modifique ou revogue (cf. art. 2º, caput, do Decreto-lei federal nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil), e ainda, desde que não tenha sido declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário, em Ação Direta de Inconstitucionalidade.</i>
Revogada expressamente	<i>A norma é considerada revogada expressamente desde que outra posterior expressamente o declare (art. 2º, §1º, da Lei de Introdução ao Código Civil).</i>
Revogada implicitamente	<i>A norma é considerada revogada implicitamente desde que norma posterior seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a norma anterior (art. 2º, §1º, da Lei de Introdução ao Código Civil).</i>
Eficácia Prejudicada	<i>Essa categoria abrange as normas que perderam sua eficácia por terem prazo de aplicação adstrito a um período estabelecido, o qual já expirou.</i>
Declarada Inconstitucional pelo TJ¹³	<i>A lei é considerada declarada inconstitucional mediante decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do estado de São Paulo em Ação Direta de Inconstitucionalidade.</i>

¹³ A decisão que declara a inconstitucionalidade pode atingir total ou parcialmente a lei, conforme o caso.



VII – NORMAS EM DESTAQUE

Merecem destaque as seguintes normas municipais:

- **Lei Orgânica do Município de Dois Córregos;**
- **Lei Complementar nº 44, de 23 de dezembro de 2021** (*Estabelece e Reorganiza a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Dois Córregos - SP, e dá outras providências.*)
- **Resolução nº 272, de 30 de maio de 2017** (*Reestrutura o quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Dois Córregos, institui o regime jurídico aplicável, cria o plano de empregos e carreiras dos servidores efetivos e dá outras providências.*)
- **Lei Complementar nº 4, de 3 de fevereiro de 2011** (*Dispõe sobre o Plano de Carreira, Empregos e Remuneração do Magistério Público da Educação Básica do Município de Dois Córregos e dá outras providências.*)
- **Lei Complementar nº 2, de 13 de setembro de 2005** (*Disciplina o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos Estatutários do Município de Dois Córregos - SP.*)
- **Lei Complementar nº 9, de 28 de fevereiro de 2014** (*Dispõe sobre a Reorganização do Plano de Empregos e Salários da Prefeitura Municipal de Dois Córregos e dá outras providências.*)
- **Lei nº 1.294, de 28 de novembro de 1995** (*Dispõe sobre Código de Obras de Dois Córregos.*)
- **Lei Complementar nº 3, de 10 de outubro de 2006** (*Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Dois Córregos.*)
- **Resolução nº 310, de 30 de novembro de 2022** (*Dá nova redação ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Dois Córregos.*)
- **Lei nº 2.087, de 27 de setembro de 1994** (*Código de Polícia Administrativa de Dois Córregos.*)
- **Lei nº 4.755, de 27 de outubro de 2021** (*Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025 e dá outras providências.*)
- **Lei nº 5.253, de 26 de novembro de 2024** (*Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Dois Córregos para o Exercício de 2025.*)
- **Lei nº 5.213, de 25 de junho de 2024** (*Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2025 e dá outras providências.*)



VIII – NORMAS DECLARADAS INCONSTITUCIONAIS PELO TJSP

Norma	nº	Data	Processo nº	Data do Acórdão
Lei complementar	10 ¹⁴	28/02/2014	2114970-57.2015.8.26.0000	19/10/2016
Lei ordinária	4091 ¹⁵	13/05/2015	2103492-52.2015.8.26.0000	11/11/2015
Lei ordinária	3210 ¹⁶	29/05/2007	2012365-57.2020.8.26.0000	22/07/2020
	3644	14/06/2011		
Lei ordinária	4092 ¹⁷	13/05/2015	2107529-25.2015.8.26.0000	07/10/2015

IX - CONCLUSÃO

Isto posto, requer seja efetuado o recebimento integral dos serviços compreendidos na 2ª etapa e, por conseguinte, seja autorizada a emissão de nota fiscal pela contratada, conforme disposto na cláusula 6ª do Contrato nº 12/2024.

Destacamos que a execução de que se cogita pode ser certificada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.legislacaodigital.com.br/DoisCorregos-SP/>

Piracicaba, 15 de maio de 2025.

Nathalia Ramos Cabral - Coordenadora - Setor Compilação
SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

¹⁴ “Declaração parcial de inconstitucionalidade dos artigos 3º, 4º e 6º, Anexos II e III, da Lei Complementar nº 10, de 28 de fevereiro de 2014.”

¹⁵ “Declaração parcial de inconstitucionalidade para o fim de declarar, com efeito ex tunc, a inconstitucionalidade do art. 2º, da Lei nº 4.091, de 13 de maio de 2015.”

¹⁶ “Declara a inconstitucionalidade do art. 1º, § 8º, da Lei n. 3.210, de 29 de maio de 2007.”

¹⁷ Declarar a inconstitucionalidade do art. 8º, caput e parágrafo único, da Lei nº 4.092, de 13 de maio de 2015.”



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

RELATÓRIO DE NORMAS FALTANTES

LEIS ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Leis ordinárias ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1948	1	13	13	-	0
1949	14	40	27	-	0
1950	41	50	10	-	0
1951	51	75	25	-	0
1952	76	95	20	-	0
1953	96	121	26	-	0
1954	122	139	18	-	0
1955	140	153	14	-	0
1956	154	181	28	-	0
1957	182	215	34	-	0
1958	216	262	47	-	0
1959	263	285	23	-	0
1960	286	345	60	-	0
1961	346	394	49	-	0
1962	395	439	44	397	1
1963	440	470	31	-	0
1964	471	505	35	-	0
1965	506	542	36	539 ¹	1
1966	543	581	40	-	0
1967	582	614	33	-	0
1968	615	670	54	651, 652	2
1969	671	715	45	-	0
1970	716	753	38	-	0
1971	754	789	36	-	0
1972	790	820	31	-	0
1973	821	865	45	-	0
1974	866	914	49	-	0
1975	915	948	34	-	0

¹ Numeração não localizada nas dependências da Câmara, conforme arquivo enviado, considerando numeração não utilizada.



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

LEIS ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Leis ordinárias ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1976	949	997	49	-	0
1977	998	1027	30	-	0
1978	1028	1077	50	-	0
1979	1078	1114	37	-	0
1980	1115	1180	66	-	0
1981	1181	1230	50	-	0
1982	1231	1264	34	-	0
1983	1265	1310	46	-	0
1984	1311	1394	84	-	0
1985	1395	1451	57	-	0
1986	1452	1515	64	-	0
1987	1516	1570	55	-	0
1988	1571	1630	60	-	0
1989	1631	1740	110	-	0
1990	1741	1818	78	-	0
1991	1819	1893	75	-	0
1992	1894	1977	84	-	0
1993	1978	2019	41	2013 ²	1
1994	2020	2114	95	-	0
1995	2115	2208	94	-	0
1996	2209	2282	74	-	0
1997	2283	2357	75	-	0
1998	2358	2424	67	-	0
1999	2425	2505	81	-	0
2000	2506	2604	99	-	0
2001	2605	2711	107	-	0
2002	2712	2773	62	-	0
2003	2774	2883	110	-	0
2004	2884	2993	110	-	0
2005	2994	3101	108	-	0

² Numeração não localizada nas dependências da Câmara, conforme arquivo enviado, porém foi enviado arquivo em DOC da referida norma.



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

LEIS ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Leis ordinárias ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
2006	3102	3180	79	3136	1
2007	3181	3282	103	-	0
2008	3283	3376	94	-	0
2009	3377	3494	118	-	0
2010	3495	3594	100	-	0
2011	3595	3733	139	-	0
2012	3734	3844	111	-	0
2013	3845	3937	93	-	0
2014	3938	4050	113	-	0
2015	4051	4163	113	-	0
2016	4165	4266	102	4164	1
2017	4267	4369	103	-	0
2018	4370	4457	88	-	0
2019	4458	4558	101	-	0
2020	4559	4664	106	-	0
2021	4665	4804	140	-	0
2022	4805	4958	154	-	0
2023	4959	5109	151	-	0
2024	5110	5275	166	-	0
2025	5276	5327	52	-	0
TOTAL:			5323		7



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

LEIS COMPLEMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Leis complementares ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
2005	1	2	2	-	0
2006	3	3	1	-	0
2007	-	-	0	-	0
2008	-	-	0	-	0
2009	-	-	0	-	0
2010	-	-	0	-	0
2011	4	4	1	-	0
2012	5	7	3	-	0
2013	8	8	1	-	0
2014	9	18	10	-	0
2015	19	19	1	-	0
2016	20	24	5	-	0
2017	25	31	8	-	0
2018	33	37	5	-	0
2019	38	41	4	-	0
2020	42	42	1	-	0
2021	43	45	3	-	0
2022	46	51	6	-	0
2023	52	60	9	-	0
2024	61	66	6	-	0
2025	67	71	5	-	0
TOTAL:			71		0



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

DECRETOS LEGISLATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Decretos legislativos ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1968	1	1	1	-	0
1969	-	-	0	-	0
1970	-	-	0	-	0
1971	2	3	2	-	0
1972	4	7	4	-	0
1973	8	9	2	-	0
1974	10	12	3	-	0
1975	13	15	3	-	0
1976	16	18	3	-	0
1977	19	20	2	-	0
1978	21	24	4	-	0
1979	25	26	2	-	0
1980	27	28	2	-	0
1981	29	29	1	-	0
1982	30	33	4	-	0
1983	34	35	2	-	0
1984	36	36	1	-	0
1985	37	39	3	-	0
1986	40	44	5	-	0
1987	45	47	3	-	0
1988	48	49	2	-	0
1989	-	-	0	-	0
1990	50	50	1	-	0
1991	51	52	2	-	0
1992	52A	54	3	-	0
1993	55	57	3	-	0
1994	58	58	1	-	0
1995	59	61	3	-	0
1996	62	66	5	-	0
1997	67	67	1	-	0
1998	68	68	1	-	0
1999	69	72	5	-	0



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

DECRETOS LEGISLATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Decretos legislativos ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
2000	73	80	8	79	1
2001	81	81	1	-	0
2002	82	83	2	-	0
2003	84	93	10	-	0
2004	94	104	11	-	0
2005	105	117	13	-	0
2006	118	128	11	-	0
2007	129	134	6	-	0
2008	135	142	9	-	0
2009	143	147	5	-	0
2010	148	164	17	-	0
2011	165	170	6	-	0
2012	171	180	10	-	0
2013	181	186	6	-	0
2014	187	192	6	-	0
2015	193	195	3	-	0
2016	196	202	7	-	0
2017	203	204	2	-	0
2018	205	211	7	-	0
2019	212	219	8	-	0
2020	220	223	4	-	0
2021	224	227	4	-	0
2022	228	232	5	-	0
2023	233	237	5	-	0
2024	238	244	7	-	0
2025	245	250	6	-	0
TOTAL:			253		1



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Resoluções ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1948	1	5	5	-	0
1949	6	14	9	-	0
1950	15	25	11	-	0
1951	26	34	9	-	0
1952	35	37	3	-	0
1953	38	39	2	-	0
1954	40	48	9	-	0
1955	49	65	17	-	0
1956	66	72	7	-	0
1957	73	81	9	-	0
1958	82	90	9	-	0
1959	91	94	4	-	0
1960	95	103	9	-	0
1961	104	114	11	-	0
1962	115	119	5	-	0
1963	120	124	5	-	0
1964	125	132	8	-	0
1965	133	146	14	-	0
1966	147	153	7	-	0
1967	154	160	7	-	0
1968	161	165	5	-	0
1969	-	-	0	-	0
1970	166	166	1	-	0
1971	-	-	0	-	0
1972	167	168	2	-	0
1973	169	169	1	-	0
1974	-	-	0	-	0
1975	170	173	4	-	0
1976	-	-	0	-	0
1977	174	174	1	-	0
1978	-	-	0	-	0
1979	175	175	1	-	0



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Resoluções ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
1980	176	176	1	-	0
1981	177	178	2	-	0
1982	-	-	0	-	0
1983	179	180	2	-	0
1984	181	182	2	-	0
1985	183	184	2	-	0
1986	185	187	3	-	0
1987	188	196	9	-	0
1988	196A	196A	1	-	0
1989	197	199	3	-	0
1990	199	201	3	-	0
1991	202	203	2	-	0
1992	204	209	6	-	0
1993	210	214A	5	-	0
1994	-	-	0	-	0
1995	214	216	3	-	0
1996	217	219	3	-	0
1997	220	220	1	-	0
1998	223	223	1	221, 222	2
1999	224	226	3	-	0
2000	227	228	2	-	0
2001	230	232	2	229, 231	2
2002	233	233	1	-	0
2003	234	234	1	-	0
2004	235	236	2	-	0
2005	237	239	3	-	0
2006	240	240	1	-	0
2007	241	241	1	-	0
2008	242	242	1	-	0
2009	243	244	3	-	0
2010	245	247	3	-	0
2011	248	248	1	-	0



SINO ASSESSORIA E CONSULTORIA

RESOLUÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS					
Ano	Numeração		Compilado	Resoluções ausentes ou incompletas	
	De	até		Nº	Quantidade
2012	249	250	2	-	0
2013	251	255A	6	-	0
2014	256	261	6	-	0
2015	262	265	4	-	0
2016	266	267	2	-	0
2017	268	274	7	-	0
2018	275	287	13	-	0
2019	288	295	8	-	0
2020	296	300	5	-	0
2021	301	305	5	-	0
2022	306	310	5	-	0
2023	311	324	14	-	0
2024	325	327	3	-	0
TOTAL:			328		4

OBSERVAÇÕES: As Leis ordinárias n^{os} 3.890/13, 3.891/13, 3.892/13, 3.893/13, 3.894/13, 3.895/13, 3.896/13, 3.897/13, 3.898/13, 3.899/13 contêm arquivo explicando que tais numerações foram “puladas”.

Normas grafadas na cor vermelha contém cadastro, porém o arquivo PDF encontra-se faltante.

LEI ORGÂNICA: Não temos o PDF original da Lei Orgânica Municipal de Dois Córregos, somente o PDF consolidado até a Emenda n^o 23, de 14 de março de 2023.

EMENDA À LEI ORGÂNICA: A única emenda faltante no nosso acervo é a Emenda n^o 8.